

Sarney ignora acordo

Da sucursal de
BRASÍLIA

O presidente do PDS, senador José Sarney, afirmou ontem em Brasília não ter conhecimento de que o presidente João Figueiredo pretenda, em sua mensagem anual ao Congresso, reafirmar seu compromisso com a realização das eleições diretas para os governos estaduais em 1982.

Quando lhe indagaram se a oposição poderia confiar na simples manifestação de intenção do governo, em troca da não-aprovação da emenda Lobão, ele retrucou:

"O governo tem o seu projeto de abertura política que está sendo desenvolvido, e esse processo tem como estuário a realização das eleições diretas e uma ampla reforma constitucional que possa adaptar a Carta Magna à nova realidade política do País."

Sarney advertiu, porém, que "essas etapas não podem ser atropeladas, uma vez que isso poderia prejudicar o projeto político que está sendo desenvolvido com firmeza e resultados conhecidos pela Nação inteira. Assim, julgamos que este ano, a nossa tarefa consiste em consolidar a implantação do pluripartidarismo, com a estruturação dos partidos sem que isso de nenhuma maneira signifique nenhum prejuízo para as etapas futuras".

O senador maranhense respondeu evasivamente às indagações sobre quais os principais artigos da Constituição que devem ser modificados:

"Nós temos uma série de emendas constitucionais em tramitação do Congresso". Mais adiante, acrescentou: "A reforma deve contemplar aqueles dispositivos que se referiam ao período de exceção".

Sarney admitiu ainda a possibilidade de as bancadas do PDS na Câmara e Senado examinarem conjuntamente a emenda Lobão. Segundo ele, a decisão sobre a aprovação ou não da iniciativa do deputado Edison Lobão deverá ser tomada pelo governo e pelos parlamentares.

Em contato com o deputado Paulo Lustosa (PDS-CE), o senador observou que "o processo de abertura política tem como principal condutor o próprio presidente da República, que se acha em posição privilegiada de julgar o que é mais conveniente ao êxito do empreendimento".